



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 803/97

“ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 1998, será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica e da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 no que for a ela pertinente.

Art. 2º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em Lei, as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As receitas de impostos e taxas terão por base os valores do Orçamento de 1997, corrigidos monetariamente pelos índices de inflação verificadas até o final do primeiro semestre deste exercício e projetados para os dezoito meses subsequentes, levando-se em conta:

I - a expansão do número de contribuintes;

II - a atualização do cadastro técnico do Município.

§ 2º - Os valores da parcela transferida pelos Governos Federal e Estadual serão os fornecidos por Órgão competente do Governo do Estado, até o dia 15 de agosto de 1997.

§ 3º - As parcelas transferidas mencionadas no parágrafo anterior, são as constantes dos artigos 158 e 159, do § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcelas ainda que pequena, a despesas de capital.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 1º de agosto, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos, de modo a justificar o seu montante.

Art. 4º - Destinar-se á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcelas de receita resultante de impostos não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

§ 1º - As parcelas transferidas pelas esferas de governos mencionados no Artigo, são as referidas no Artigo 2º e 3º desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - Serão destinados também, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino 25% (vinte e cinco por cento) de parcelas transferidas pelos Governos da União e do Estado, provenientes da cobrança da dívida ativa de impostos e seus acessórios.

Art. 5º - Até a promulgação da Lei Complementar a que se refere o Artigo 169 da Constituição Federal, o Município não dispensará com o pagamento de pessoal e seus acessórios parcela de recurso superior a 60% (sessenta por cento) do valor da receita corrente consignada da Lei do Orçamento.

Parágrafo Único - A despesa com pessoal referida no Artigo abrangerá:

I - o pagamento do pessoal do Poder Legislativo, inclusive o dos agentes políticos;

II - o pagamento do pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos aposentados e pensionistas e do pessoal ocupado na manutenção e no desenvolvimento do ensino a que refere o Artigo 4º desta Lei.

Art. 6º - As despesas com pessoal referidas no Artigo anterior serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com percentual da receita corrente, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 7º - A abertura de créditos suplementares ao Orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

§ 1º - Os recursos referidos no Artigo são os provenientes de:

I - Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os provenientes de anulação parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos extraordinários autorizado em Lei;

IV - O produto de operações de créditos autorizados em Lei de forma que, juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - O aproveitamento dos recursos originários do excesso de arrecadação conforme disposto no inciso II, dependerá de fiel observância dos termos do parágrafo 3º do Artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art. 8º - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento), à manutenção e ao desenvolvimento do ensino proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 9º - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede Municipal, conforme necessidades e levantamentos feitos pela Secretaria Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

de Educação, será fornecido e assistidos com material didático-escolar, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - O fornecimento contido no artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, por meio de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - A despesa com suplementação alimentar e assistência à saúde poderá ser computada para satisfazer percentual de 25% (vinte e cinco por cento) obrigatórios do artigo 212 da Constituição Federal, nos termos da portaria nº 049/PRES./96, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 10 - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudos para atendimento pela rede particular de ensino, dentro das disponibilidades financeiras para 1º e 2º graus.

Art. 11 - A manutenção de bolsa de estudos é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno, estabelecido em Lei.

Art. 12 - Não serão concedidas subvenções sociais a entidades que não sejam reconhecidas como de utilidade pública e / ou dedicada ao ensino e ou à saúde.

Parágrafo Único - Só se beneficiarão de concessões de subvenções sociais as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

Art. 13 - A Lei Orçamentária garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental visando a melhoria de qualidade de vida da população.

Art. 14 - A Lei Orçamentária só completará dotação para início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais, vincendas e dos débitos para com a Previdência Social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 15 - Só serão contraídas operações de créditos por antecipação de receitas, quando se configurar iminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento da folha em tempo hábil.

§ 1º - A contratação de operações de créditos concretizará se os recursos forem destinados a programa de excepcional interesse público, observados os limites estabelecidos nos Artigos 165 § 8º e 167 III da Constituição Federal.

§ 2º - Em qualquer dos casos a operação de crédito depende de prévia autorização legislativa.

Art.16 - As compras e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível nos termos da Lei 8.666 atualizada pela Lei nº 8.883 de 21 de junho de 1.993.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNI-
CIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS,
AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO
DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE.
(04-06-1997)

Ver. PAULO CÉZAR HASTENREITER PORTES
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal e publicada no SOL nº 19 do dia 12-06-97.

Lúcia Maria Miguel
At. Legislativo